

CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO  
UNILEÃO  
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

NACLECIA GONÇALVES BRASIL

**O PROTAGONISMO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA  
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CRATO-CE: atribuições a partir do SUAS.**

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2018

NACLECIA GONÇALVES BRASIL

O PROTAGONISMO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA  
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CRATO-CE: atribuições a partir do SUAS

Monografia apresentada à banca  
examinadora como requisito para  
obtenção de título de Bacharel em Serviço  
Social, pelo Centro Universitário Dr.  
Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup>  
Esp. Maridiana Figueiredo Dantas

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2018

Agradeço a todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito. (CHICO XAVIER).

### **AGRADECIMENTOS:**

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me proporcionado forças para continuar a trilhar e colher todas as pedras no caminho para formar degraus e subir rumo à vitória.

A professora Maridiana Figueiredo Dantas, pelas orientações com grande sabedoria, incentivo, apoio e dedicação durante o percurso dessa conquista, pois, a escolhi como orientadora por conhecer sua competência profissional.

A todos os meus mestres e professores que contribuíram significativamente para a minha construção profissional, inclusive às minhas técnicas de Estágio, Fabiane Matos e Mariana Medeiros nas quais também participaram deste processo.

Marcia, a coordenadora do curso na qual serei muito grata pela sua atenção e dedicação, és uma profissional realmente compromissada com suas funções.

Aos meus pais e irmãos pelo amor e melhores conselhos nos momentos difíceis, não só vivenciados na universidade, mas durante toda a vida. Especialmente a minha irmã Natércia pelo seu imenso incentivo! Amo vocês!

A todos os familiares e amigos que participaram direta e indiretamente da construção de minha história pessoal e profissional. Obrigada Fabio Alves, Mariana Bantim, Karoll Santos, Flavyinho Santos, Jacsa Vieira excelente professora bem como amiga! Agradeço a prof. Sheyla por tudo, pois seus puxões de orelhas colaboraram em relação ao meu aprendizado rsrs, agradeço também a minha professora Rúbia, Ao meu amigo Jonathan, a meu primo e companheiro de estudos Rodolfo, Jackson, às minhas primas Larissa e Thiala e dentre outros, pois, são tantos a agradecer, que aqui não caberiam seus nomes, suas ações para comigo.

Por fim, ao Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, pelo ambiente que oferece para o bem estar do aluno, e pelos profissionais qualificados que nos proporcionam.

## RESUMO

O presente estudo objetivou investigar o protagonismo profissional do Assistente Social a partir do SUAS, com indicações sobre a particularidade no Município de Crato-CE. A literatura utilizada para a construção deste trabalho monográfico, parte da análise sobre a trajetória de conquistas da Assistência Social brasileira como direito, onde foi marcada por grande processo de lutas dentro da sociedade capitalista, bem como é relatado as conquistas e desafios atuais existentes no Sistema Único de Assistência Social-SUAS, tendo em vista a problemática central em compreender as possibilidades e limites da atuação do Assistente Social na área da Assistência Social no município Crato-CE. Para isto, tal pesquisa parte da análise de dados extraídos de uma pesquisa desenvolvida com Assistentes Sociais inseridos na área. Para tanto, utilizamos como desenvolvimento do trabalho a pesquisa bibliográfica, de campo e possui caráter qualitativo, foram entrevistados 06 (seis) Assistentes Sociais nos quais eram atuantes dos seguintes equipamentos: CRAS, CREAS e Bolsa Família, o tipo de entrevista foi à estruturada com intuito de não tornar exaustivo para os entrevistados por ser mais rápida a ser aplicada. Como principais resultados da pesquisa realizada, foi possível perceber que alguns destes profissionais se encontraram com dificuldades em entender suas atribuições, porém não é o único questionamento, pois, há muitos limites para as possibilidades de efetivação dos direitos sociais, preconizados na Política Nacional de Assistência Social neste município. Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e reconhecer seu papel profissional.

**Palavras-chave:** Protagonismo profissional; Assistente Social; Sistema Único de Assistência Social-SUAS.

## ABSTRACT

The present study aimed to investigate the professional role of the Social Worker from the SUAS, with indications about the particularity in the Municipality of Crato-CE. The literature used for the construction of this monographic work, part of the analysis on the trajectory of achievements of the Brazilian Social Assistance as a right, where it was marked by a great process of struggle within capitalist society, as well as the current achievements and challenges in the Unified Social Assistance System-SUAS, in view of the central problem in understanding the possibilities and limits of the Social Worker's role in the area of Social Assistance in the municipality Crato-CE. For this, this research starts from the analysis of data extracted from a research developed with Social Assistants inserted in the area. In order to do this, we used the bibliographical research, in the field and qualitative character, as the development of the work. Six (6) Social Assistants were interviewed in which the following equipments were involved: CRAS, CREAS and Bolsa Família, the type of interview was structured with in order not to make it exhaustive for interviewees because it is faster to be applied. As the main results of the research, it was possible to perceive that some of these professionals found it difficult to understand their attributions, but it is not the only question, since there are many limits to the possibilities of effective social rights, as recommended in the National Assistance Policy In this municipality. One of the greatest challenges that the Social Worker lives in the present is to develop his ability to decipher reality and recognize his professional role.

**Key-words:** Protagonismo profissional; Social workers, Single Social Assistance System-SUAS

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>CFESS</b>	Conselho Federal de Serviço Social
<b>CNAS</b>	Conselho Nacional de Assistência Social
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência Social
<b>CREAS</b>	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
<b>CRESS</b>	Conselho Regional de Serviço Social
<b>FHC</b>	Fernando Henrique Cardoso
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica da Assistência Social
<b>PBF</b>	Programa Bolsa Família
<b>PNAS</b>	Plano Nacional de Assistência Social
<b>SMTDS</b>	Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social
<b>SUAS</b>	Sistema Único de Assistência Social

## **LISTA DE GRÁFICOS**

**GRÁFICO 1** – Gênero

**GRÁFICO 2** – Ano de Formação

**GRÁFICO 3** – Formação Continuada

**GRÁFICO 4** – Tempo de Atuação na área da Assistência Social de Crato-CE

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
<b>1. ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA .....</b>	<b>8</b>
1.1 POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ÊNFASE NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS.....	8
1.2 PARTICIPAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	15
<b>2. SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO PROPOSITIVA E NÃO SOMENTE EXECUTIVA: UMA ANÁLISE EM RELAÇÃO AO SUAS .....</b>	<b>19</b>
2.1 SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONQUISTAS E DESAFIOS ATUAIS ...	19
2.2 VISIBILIDADE PROFISSIONAL: EXPANSÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL A PARTIR DO SUAS .....	25
<b>3. PROTAGONISMO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CRATO-CE: ATRIBUIÇÕES A PARTIR DO SUAS .....</b>	<b>30</b>
3.1 O MUNICÍPIO DE CRATO-CE: BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E INDICADORES SOCIAIS CENTRAIS.....	30
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E INSTRUMENTAIS DE COLETA DE DADOS	31
3.3 ANÁLISE DOS DADOS: COTIDIANO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL A PARTIR DAS ENTREVISTAS .....	33
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>48</b>

## INTRODUÇÃO

A atuação profissional do Assistente Social tem sido um tema bastante discutido na agenda profissional, e para elaboração deste estudo abordado, onde foca na atribuição deste profissional na área da Assistência Social é necessário fazer uma análise sobre esta política. A mesma é reconhecida pelo Estado através de lutas por direitos sociais e melhores condições de vida, então é entendida como um meio de “abafamento” das expressões da Questão Social. Nessa perspectiva, a profissão do Serviço Social é dotada como mediadora deste processo.

A Assistência Social passa a ser direito a partir da Constituição Federal de 1988. A implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e sua significativa ampliação em todo o território nacional, trás para a categoria profissional uma expansão do mercado de trabalho para os profissionais de Serviço Social. Por isto é oportuno indagar sobre as ações destes nesta área de atuação, para que os mesmos possam refletir e buscar por em prática ações que colaborem com as suas atividades laborais.

Assim, esse trabalho aponta questões sobre os desafios profissionais do Assistente Social na área da Assistência Social, bem como busca analisar as ações tomadas para o enfrentamento das demandas postas, ressaltando o protagonismo profissional como principal objetivo, pois, para uma boa atuação este precisa construir propostas de trabalho criativos e capazes de preservar e efetivar direitos, sendo propositivo e não somente executivo.

Para alcançar tais objetivos, utilizou-se para desenvolvimento da pesquisa, o método bibliográfico, descritivo, exploratório, explicativo e de campo. A mesma possui caráter qualitativo na qual buscam entender a realidade estudada. Os meios de referências empregados foram livros, artigos e entrevista estruturada com os Assistentes Sociais atuantes na área da Assistência Social no município de Crato-CE, onde traz questões referentes à atuação e o reconhecimento desta por partes destas profissionais.

Como referenciais teóricos principais para o sustento da pesquisa, utilizou-se sobretudo os autores: I) Iamamoto (2011) a qual discute sobre o Serviço Social de forma profunda, II) Mota (2010), que retribui os conhecimentos sobre a política da Assistência Social e III) Netto (2011), autor este que traz uma análise crítica sobre a prática da referida área de atuação, dentre outros que contribuíram bastante para esta construção.

Tal pesquisa contém a divisão em três capítulos, em que no primeiro se discute sobre uma breve análise da política da Assistência Social brasileira, esta tem sido um assunto bastante discutido desde a Constituição Federal de 1988, pois, antes era vista como forma de “caridade”, e somente depois de vários processos de lutas por parte da classe menos

favorecida é que o Estado a reconhece como direito. Também é falado neste item a importância e a atribuição do Serviço social durante esta construção.

O Segundo capítulo faz uma discussão sobre os desafios enfrentados pelo SUAS até a atualidade, e discute a atuação do assistente social neste sistema. Em efeito a reformas neoliberais, surgiram grandes desafios em relação ao desenvolvimento das Políticas Sociais, partindo desse pressuposto a Política da Assistência Social é afetada, e ameaçada a retroceder. Atualmente, o objetivo do Estado é aprofundar-se a este objetivo, ou seja, observa-se as intenções de desmontar o sistema de Assistência Social brasileiro, no qual poderão ser afetadas todas as unidades públicas de referência e especializada, que oferecem assistência aos indivíduos cujo sofrimento seus direitos violados. Para isto, o trabalho do assistente social elencado no SUAS deve associar-se a uma conjuntura de Políticas Sociais e profissionais, pois este ainda que sirva ao Estado, deverá procurar por melhorias junto a sociedade.

No que se refere ao terceiro e último capítulo, neste foi feita a análise da coleta de dados sobre o objetivo da pesquisa, na qual relatou-se sobre o protagonismo profissional do Assistente Social, sendo assim todos os resultados são expostos e realizou-se uma análise sobre estes.

## **1. ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA**

A Assistência Social não é entendida como direito a partir do seus primórdios, esta só foi reconhecida como política a partir de 1988, através de muitas lutas. É importante frisar que durante este processo houve uma significativa participação do Serviço Social. Desde este fato foram implantadas leis que regularizassem tal política, e em 2005 é instituído o Sistema Único de Assistência Social, o qual é um meio de unificação da política. Esta se tornou a área que mais empregam Assistentes Sociais.

### **1.1 POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ÊNFASE NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS**

Desigualdades sociais, dominação de poder, faz parte de uma realidade que a sociedade conhece bem. As contradições capitalistas definem uma característica específica das relações sociais, devido à distribuição de riquezas apenas para minorias, exploração e alienação, causando assim lutas de classes que busca justiça social fazendo com que a Assistência social se torne direito.

Por início, tais conflitos eram mediados por práticas assistencialistas, a que chamam de “caridade” através da igreja católica. Ao passar dos tempos, a posse alimentava cada vez mais o capitalismo e a pobreza extrema, aparecendo assim à questão social que nos faz entender qual o objetivo da intervenção do Estado, pois ele visa enfrentar as expressões causadas pela mesma. Ao longo dos anos a sociedade buscava maior visibilidade em relação aos seus direitos, e foi através de muitas lutas que este processo veio ganhando melhores avanços. TEIXEIRA, (2009)

Então através de conquistas a Assistência Social finalmente é reconhecida como direito em 1988, na Constituição Federal, tornando-se assim membro da Seguridade Social. Nesse sentido, no que se refere a inclusão da área referida na Seguridade social, apresenta-se que:

[...] inclusão da Assistência Social na Seguridade Social foi uma decisão plenamente inovadora. Primeiro por tratar esse campo de conteúdo da política pública, de responsabilidade estatal, e não como uma inovação, com atividades e atendimentos eventuais. Segundo, por desnaturalizar o princípio da subsidiariedade, pelo qual a ação da família e da sociedade antecedia a do Estado. (SPOSATI, 2009, p.14)

O que antes era visto como problema individual, ou “coisa de Pobre” passou a ser responsabilidade de todos, pela primeira vez na história brasileira, o Estado garantiu a assistência para todos que necessitassem. A política da Assistência Social é inscrita na CF/88 pelos artigos 203 e 204.

De acordo com o Art. 203. “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social (...)” (BRASIL, 1988, p.56). Segundo Mesquita (2012) é apresentada de forma definida a atuação da Assistência Social a aqueles que necessitam.

Já no art. 204 da Constituição Federal de 1988, apresenta-se a relação dos recursos que arcaram com os financiamentos a serem feitos nos gastos das ações a serem implantadas, assim como as direções tomadas na política da Assistência Social (BRASIL, 1988). Estes artigos são para a Assistência social uma prática bastante inovadora, buscando a participação em favor de cobrir todos os problemas postos pela sociedade no que se diz respeito às ameaças da questão social.

Embora este seja um avanço significativo para a sociedade é importante salientar que este processo não ficou garantido apenas com a Constituição Federal, algo maior foi necessário, como a participação popular e iniciativas do Serviço Social, que foram

responsáveis por debates para a Constituição Federal de 88 e levantou-se a bandeira em favor desta conquista.

Houve também milhares de assinaturas e movimentações. De acordo com Carmelita (2013), é preciso entender que nosso congresso constituinte, tinha muito pouca possibilidade com a garantia de direitos sociais, o que de fato aconteceu pode ser chamado de um grande movimento de uma sociedade que estava saindo da ditadura, lutava contra a mesma e queria viver a garantia dos seus direitos.

No Brasil, a Seguridade Social passou a se estender, a partir da Constituição de 1988, assegurando que todos devem ter o direito aos benefícios que ela distribui e tem como principal função tentar alcançar uma sociedade mais justa. (ARAÚJO, 2006; MARTINEZ, 1999).

A seguridade social é destinada a garantir os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, o chamado “tripé da Seguridade Social” junto à saúde e a Previdência Social. O que mostra importância em favor da população e melhor aprimoramento dos brasileiros em relação a este sistema, principalmente em suas perspectivas previdenciária e Assistencialista, para a redução da pobreza no Brasil.

A Assistência Social foi a última área da seguridade a ser regulada. A saúde teve sua Lei aprovada em 1990 (Lei nº 8.080), a previdência social teve a lei que instituiu os planos de custeio e benefícios aprovado em julho de 1991 (Leis nº8.212 e nº 8.213), e assistência social só foi regulada em 1993. (COUTO, 2010, p.171).

É seguro afirmar que a construção desse processo é lenta e desafiante. Não se pode dizer que foi uma jornada fácil a ser destinada, sendo que a mesma ainda tem muito a ser melhorado e se adequar em favor da sociedade, aumentando os direitos inscritos da constituição.

Neste contexto, pode-se mencionar que existem ainda pessoas excluídas, pelo restante da sociedade, assim como também pelo próprio Estado, este que um dia já iniciou um processo de garantia de direitos para todos os brasileiros, através de um decreto da chamada Constituição Cidadã, direitos estes para que a sociedade vivesse de forma digna.

Por isso existem outros movimentos sociais organizados pela população, a classe social é considerada o auge dos movimentos, pois é onde se encontram contradições entre princípios teóricos e nascem formas de reivindicações sociais e enfrentamento que marcam seu movimento, buscando maior reconhecimento e aprofundar em relação aos direitos.

Partindo deste pressuposto, para trazer formas de afirmar os direitos destes excluídos, surge a Lei Orgânica da Assistência social (LOAS) de nº 8.742 de 1993, que finalmente é aprovada no governo Fernando Henrique:

com a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS-foram definidos os princípios, as diretrizes, as competências, a gestão e o financiamento da política de Assistência social, fato revelador dos avanços a que nos referimos, posto que construída numa conjuntura adversa a expansão da Assistência Social como política Pública. Contudo, a sua implementação revelou uma acentuada tendência à focalização, seletividade e fragmentação, comprometendo o princípio de universalidade, continuidade e sistematicidade das ações. (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2010, p.186).

A lei entrou em reconhecimento no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1999), pois apesar desta lei já esta instalada antes de FHC, o governo opinou por criar um sistema paralelo, o Programa Comunidade Solidária, que precisa de assistência por conta das refrações capitalistas causadas pelas economias brasileiras instituídas por meio da medida provisória nº813/95. Tal programa tem teve como objetivo combater a fome e a pobreza (ROJAS, 2010).

Pode-se afirmar que a partir de muito esforço da sociedade civil a LOAS institui o Conselho Nacional de Assistência Social o CNAS, entendido como o responsável pela organização da luta popular para o avanço do controle social das políticas públicas e da Assistência Social, ou seja, é o representante da participação popular nesta área. (FREITAS; GUARESHI, 2014).

É preciso salientar que a aprovação da LOAS , tem intuito de organizar a Assistência social, porém neste período, o país estava em processo de Estado neoliberal, onde implantavam as Políticas Sociais deste contexto de forma seletiva, promovendo a ideia de que o Estado era incapaz de garantir a firmeza em relação aos direitos sociais, a ideia do governo era prover uma maior participação da população na Política da Assistência Social. Segundo MESTRINER (2008), o lento processo que transformou a Política de Assistência Social em política pública no país sofre um retrocesso, ou seja, o retorno das práticas de ajuda e refilantropização das Políticas Sociais.

Ainda com base em MESTRINER (2008), três conceitos que podem ser definidos como “irmãos” são a Assistência Social, Filantropia e Benemerência, mas mesmo com este pensamento a autora nos traz como reflexão a diferença entre estas, conceituando a filantropia como uma bondade do ser humano por outro, por ter uma visão não jurídica, apenas compreendida como uma concepção laica de caridade. A benemerência pode ser vista como

uma forma de caridade, podendo ser implementada em obras como asilos e outras casas de abrigo.

E a Assistência Social diferentemente, não só pratica a ação social, mas também o conhecimento para agir em favor dos grupos e indivíduos sociais, buscando as formas de sobrevivência, convivência ou autonomia social (MESTRINER, 2008).

Para dar continuidade a este importante processo democrático no país, podemos ressaltar que foram criadas as conferências da Assistência Social, em que a primeira surgiu em 1995. Estas foram responsáveis por deliberar, analisar e apresentar novidades em relação ao regulamento desta Política. Em linhas gerais, tais Conferências contribuíram para as competências e avanços desta política.

Ao destacar a IV Conferência Nacional de Assistência Social de 2003, CNAS, pode-se ressaltar que foi uma das mais importantes durante o processo, pois a mesma instituiu a realização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para dar uma ampla conectividade da Assistência Social como política pública, o que será aprofundado em seguida (CARVALHO, 2005).

Diante desta perceptiva é institucionalizado como um meio de redefinir a política de Assistência social o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), 2004:

A Política Nacional da Assistência Social (2004) sugere o estabelecimento de uma nova relação entre Estado e Sociedade civil como eixo estruturante do Sistema Único de Assistência Social \_SUAS. Ganha notoriedade a ideia de construção de uma rede socioassistencial erguida sob necessidade prático-operativa de estabelecer parcerias com instituições da sociedade civil como forma de garantir o funcionamento e a prestação dos serviços públicos. (MOTA, 2010, p.164).

Tal política surge através da Constituição Federal de 1988 e pela LOAS, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, efetivando assim a garantia dos mínimos direitos sociais, bem como a universalização destes, e várias foram as conquistas no âmbito assistencial nesse período. Este fato foi resultado da construção coletiva dos Estados e dos municípios, ou seja, conquistados pela sociedade e com participação de vários Assistentes Sociais que buscavam alterações na assistência social.

Em 2005 é instituído o Sistema Único de Assistência Social, que é um meio de unificação da política. Este procura fixar as conquistas constitucionais, e fortalecer os conceitos inscritos na LOAS. Pode ser considerado como uma regulação e organização das ações socioassistenciais, estruturando as características essenciais para a execução de tal política, ou seja, o SUAS normatiza a qualidade no atendimento relacionado aos serviços

fornecidos na assistência social. Este por sua vez é um sistema não contributivo, descentralizado e participativo tem como objetivo analisar a assistência social no campo da proteção social brasileira. É uma categoria que traz uma nova ordem da política de Assistência Social efetivando suas ações. (SILVEIRA, 2007).

O Sistema Único de Assistência Social então pode ser considerado como uma materialização da Lei Orgânica De Assistência Social, e segundo Colin e Silveira (2007) o SUAS é um meio de permitir a formação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

É importante frisar que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/04), após um certo processo de organizações entre sociedade e Estado, propor funções para a inserção do SUAS, gera seu funcionamento implementando a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS de 2005) –, com o intuito de uma nova forma de organização em relação à proteção social e a defesa de direitos sociais. Pode-se dizer que é uma disciplina a partir do momento que cumpre o objetivo de avaliar as peculiaridades de cada local sistema de prestação continuada e transferência fundo a fundo.

A NOB/SUAS regulamenta o Sistema Unico de Assistência Social e a Norma Operacional Básica de recursos humanos- (NOB-RH-SUAS) onde é conhecida como um grande avanço em relação à profissionalização da política de Assistência Social, com meio de administrar o sistema dos usuários que estavam inseridos na política:

A norma operacional de recursos humanos – NOM/RH/SUAS é o grande marco político e institucional na gestão do trabalho por disciplinar seus atributos essenciais e alguns parâmetros transformados em requisitos relacionados ao financiamento e ao reconhecimento público da adesão dos entes federativos ao SUAS, na aplicação relacionada com Norma Operacional Básica- NOB/SUAS/5. (SILVEIRA, 2011, p.11).

Não se pode deixar de destacar que, com o aumento da porcentagem de verbas para todas as ofertas de serviços, dirige-se, sobretudo a implantação de novas gestões públicas municipais, implementada pela nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que institui o SUAS, ou seja, a PNAS busca prover projetos e benefícios de proteção básica e especial para famílias das quais necessitam destes programas, buscando assim equidade para toda a sociedade que não tem a renda para suprir suas necessidades, ou quem precise de proteção social.

A nova Política da Assistência Social define dois patamares de proteção social, a proteção básica e a especial, que garantem o direito a sobrevivência (de rendimento de autonomia) e vivências familiares (MOTA, 2010).

Um dos níveis de proteção é a proteção social básica que tem como objetivo promover o acolhimento à família, buscando compreender e conter os direitos a todos que se encontram em caso de vulnerabilidade social. Esse nível está voltado mais para a prevenção de riscos sociais, visando à convivência e o acolhimento à família e a comunidade, proteção esta que quando necessário aplica grupo de proteção para os que necessitam de atenção social (MOTA, 2010).

Temos como exemplo os Centros de Referência de Assistência Social, os CRAS. Segundo André (2010) estes são considerados unidades de atenção social básica, o qual é responsável pela oferta de serviços às famílias, grupos e indivíduos, atuando na prevenção e riscos e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Nesse aspecto o segundo nível é a chamada proteção social especial, voltada para riscos de alta complexidade. A mesma busca atender os indivíduos que se encontram em situação de riscos pessoais, sejam por maus tratos, físicos, mentais, abuso sexual, verbal, moral, patrimonial, pessoas em situações de ruas e muitos outros que se encontram nesse mundo de diferenças sociais. Nesse sentido, Centro de Referência Especial da Assistência Social- CREAS pode ser citado como um exemplo desse nível de proteção (BRASIL, S/D).

Fica claro que foi de forma significativa o crescimento destes serviços socioassistenciais após estes níveis (básico e especial). Os alcances da Assistência social são indispensáveis e é muito importante para estabelecer uma ruptura com práticas caritativas. Os desafios ainda são presentes e muito se tem que ser superado, não em relação aos benefícios desta política, mas aos serviços oferecidos pela mesma.

O SUAS também regula, programas, benefícios e projetos sociais:

(...) estes serviços eram prestados de forma dispersa, fragmentária e multiforme. Neste sentido, a criação do SUAS pode viabilizar uma normatização, organização e padronização (no sentido de romper com a sobreposição de papéis), racionalização e padronização dos serviços prestados, inclusive considerando as particularidades. (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2010, p.190).

Dessa forma, nota-se que o Sistema Único de Assistência Social-SUAS objetivou um processo de ampliação de direitos da assistência social brasileira, com avanços significativos, incentivou centralidade nas condições de acesso a direitos sociais. É bom salientar também que a partir da implantação do SUAS, houve uma ampliação significativa no âmbito de Serviço Social, pois se tornou a área que mais possui intervenção dos Assistentes Sociais e consequentemente se torna um espaço de estágio supervisionado em Serviço Social.

Evidencia-se que com a Constituição Federal de 88, surgem avanços significativos no que diz respeito à ordem social. Tanto como a relação do trabalho e o bem-estar social como também relacionado à Assistência Social, durante política integrante da Seguridade Social, categoria que assegura direitos como saúde, previdência e a própria assistência social. Partindo do pressuposto de que o cidadão é merecedor dos seus direitos e não podendo ser mais entendido como uma ajuda ou caridade.

Embora aos poucos a população comece a perceber mudanças em relação aos seus direitos, e milhares de brasileiros saíram da linha de pobreza extrema, e este fato se trate de avanços significativos no processo da política da Assistência Social, não se pode deixar de destacar ainda muitos desafios encontrados nesta atualidade em relação à atribuição de direitos instalados na legislação.

## 1.2 PARTICIPAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

É necessário frisar que em muitos momentos a história do Serviço Social é confundida com a história da Assistência Social, isso por que surgem ao mesmo tempo e os dois citados alarmaram-se a partir de respostas do Estado, com a contradição capitalista construindo a diferença de classes e má distribuição de riquezas. segundo Iamamoto e Carvalho (2011) o Serviço Social surge a partir de lutas e reivindicações por partes dos operários buscando amenizar as expressões da questão social.

Nesse sentido compreende-se que:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO, CARVALHO, 2011 p.77).

Em concordância ao pensamento de Iamamoto, os seguintes autores entendem por “questão social”:

[...] no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento que a classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a “questão social” está fundamentalmente vinculada o conflito entre capital e trabalho (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.21).

O surgimento do serviço social é ligado a iniciativas da igreja católica. Entendido como uma estratégia do Estado para amenizar as reivindicações e para isso o Serviço Social e o Assistente Social foi um instrumento principal neste processo. Com ajuda de mulheres através das “Associações de Senhoras Brasileiras”, e as “Ligas das Senhoras Católicas”, duas instituições que não estavam mais em condições de ocuparem o papel assistencialista, no que foi necessário o surgimento de escolas de Serviço Social para qualificar estas profissionais para prestação de serviço assistencial. E assim seguidamente surge a escola de São Paulo em 1936.

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa (IAMAMOTO, 2006, p. 18).

A Assistência Social também surge como forma de suavizar as lutas causadas pela sociedade em busca de melhorias, na época iniciou-se como de forma assistencialista, no que chamamos de “caridade” através da igreja católica. Ao passar dos tempos, a posse alimentava cada vez mais o capitalismo e a pobreza extrema, aparecendo assim à questão social que nos faz entender qual o objetivo da intervenção do Estado, pois ele visa enfrentar as expressões causadas pela mesma, com isso surge a ideia de Assistência Social..

Nesse aspecto ao falar da participação do Serviço Social na área da assistência social naquele período, pode-se afirmar que eram ações ligadas à caridade e benemerência. Diante disso, IAMAMOTO E CARVALHO (2011) afirmam que em vários momentos a gênese do Serviço Social é confundida com a Assistência Social.

Obviamente pelo fato de antes da década de 30 as reivindicações forem consideradas como caso de polícia. Não era fácil para classe subalterna fazer justiça por conta da grande repressão. A partir de 1930 até 1964 estas manifestações ficaram chamadas de populismo, pois lutavam pelas melhores condições de vida, e com isso o Estado passa a intervir nas relações sociais, porém de maneira seletiva. Mas com o fim da Ditadura Militar alteram-se as relações entre Estado e capital/trabalho, mudando assim a liberdade dos movimentos sociais.

Em seguida voltam às reivindicações no país, mas desta vez com uma cara diferente, ou seja, movimentos estudantis, religiosos e operários. E neste contexto de lutas, em busca de melhorias e direitos, podemos chegar à conclusão de que foi de grande contribuição para a influência da Assistência Social como direito de todos e dever do estado, o mesmo tendo o

intuito de responder todas as expressões da questão social, mas esta resposta não é pra benefício da classe operaria e sim para o crescimento do capital para a burguesia. (PIANA, 2009).

Primeiramente é importante frisar que consideramos os movimentos sociais como um dos principais responsáveis por estes avanços. Pois para a conquista da constituição que transformou a assistência social em política se deu a partir de lutas e debates alcançados pelo próprio serviço social. (SOUSA; CASTRO, 2013). É importante também mencionar o Serviço social como um contribuinte destes movimentos, pois a Lei de regulamentação e seu código de ética profissional traz para a profissão um compromisso com a garantia dos direitos das classes sociais.

Os profissionais do Serviço Social contribuíram para esta ordem, isso porque ao longo dos anos, essa categoria profissional colabora com uma intervenção de forma a interferir em mudanças na relação capital X trabalho, posicionando a favor da classe trabalhadora, das organizações da sociedade civil, desenvolvendo assim, projetos sociais para grupos de idosos, mulheres, entre outros, buscando a igualdade social, o profissional luta para evitar a discriminação social (ANTUNES, 2009).

Partindo desse pressuposto percebemos que o assistente social segundo Iamamoto (2008) tem como principal instrumento de intervenção a questão social, pois os mesmos interferem na luta pela falta de moradia, a favor da família, saúde, assistência social pública e dentre outros. Por isso é importante afirmar que:

O assistente social convive diariamente com as mais amplas expressões da questão social, “matéria-prima” de seu trabalho. Confronta-se com as manifestações mais dramáticas dos processos sociais ao nível dos indivíduos sociais, seja em sua vida individual, seja em sua vida coletiva. (IAMAMOTO, 2009, p.154-155).

Um dos fatos que podem afirmar a presença do Serviço Social na esfera da política de Assistência Social é a participação do CFESS- Conselho Federal de Serviço Social e também dos CRESS- Conselhos Regionais de Serviço Social. Estas duas marcas apontadas foram marcos que defenderam e lutaram para que a Assistência Social se tornasse política e um dos tripés da Seguridade Social.

Desde o princípio da profissão tiveram como base, debates sobre a Assistência social. Então há de se considerar que a atuação do Assistente Social na construção desta política é cabível, pois o Serviço social é instrumento central desta categoria, e esteve presente nessa trajetória com militância política de maneira avançada na busca de reconhecer tal política pública como direito do cidadão e dever do Estado.

É indispensável dizer que a participação do Serviço Social para a construção da Assistência Social foi essencial. Os assistentes sociais brasileiros, até nos dias atuais lutam pelo fortalecimento dos direitos sociais e sempre estão presentes na busca pela reafirmação de políticas sociais, e objetivam formar as condições econômicas, sociais e políticas com intuito de obter o caminho da equidade, em um âmbito que não se rompe na garantia da cidadania (YASBEK, 2009).

Esta lógica nos mostra que sem via de dúvidas é a partir do projeto ético político do Serviço Social que surge a ideia de procurar articulação de direitos, busca por igualdade social e um amplo sistema de proteção social. São estes parâmetros que instituem a defesa pela política de Assistência Social.

Assim, é cabível dizer que tanto a história da profissão quanto a política de Assistência Social emergem a partir de transformações sociais, políticas e econômicas. Foi então que após várias participações sociais, portanto, que fica instituído que o Estado e suas instituições devem aprimorar a política pública de direito, retirando práticas remotas de benemerência e filantropia..

Como já relatado no ponto anterior, foi com a Constituição Federal de 1988 que no Brasil começa uma era de mudanças no que se diz respeito à implantação de direitos sociais, a intervenção e lutas do Serviço Social. No período de renovação encontram reflexivas, sem deixar de destacar que parte da categoria profissional foi integrante desta conquista constitucional. Direitos estes frutos de organização da sociedade civil. Este fato acontecido foi realizado de forma inédita em nossa história e sendo assim configuram-se novas demandas para o Serviço Social.

Com esta aproximação o Serviço social tornou-se um dos maiores críticos desta política, pois, a política de Assistência Social assim como outras, projetam alterações, e estas mudanças referem-se a repasse de capital, ou em relação aos serviços prestados pela política. Este fato pode não ser favorável para a classe trabalhadora, com isso o Assistente Social tem que ser um profissional atento a tais modificações, tendo em vista o que fazer para criar estratégias e ações para se aproximar cada vez mais da classe usuária e sua relação com os serviços oferecidos pela Assistência Social, ou seja, obter um protagonismo profissional.

Por isso Silva (2012a, p. 156) confirma que a:

Política de Assistência Social impacta diretamente o cotidiano profissional, tensionando as dimensões das competências e atribuições privativas do assistente social que postula um profissional crítico vinculado às demandas coletivas de usuários, ao acesso aos direitos, e as demandas institucionais

que vêm exigindo um profissional com um perfil mais tecnicista, cuja tendência é de fortalecimento das bases conservadoras do Serviço Social, e, portanto, de mero controle de parcelas da classe trabalhadora usuária desta política.

É seguro afirmar que tanto o Serviço Social como a Assistência Social ganharam avanços nesta longa caminhada, mas é preciso destacar a diferença existente entre os mesmos, pois, são duas realidades diferentes, assim como também ao confundir estes dois aspectos seria um modo de preconizar a construção da categoria profissional, que é ligada a políticas públicas. O serviço social se trata da profissão dos assistentes sociais que atuam na assistência social, uma política pública inscrita na Constituição Federal de 1988. Desse modo, Silveira (2011, p.95) afirma que “Tanto a assistência social quanto o serviço guardam especificidades e particularidades que possuem uma relação contraditória que anuncia, na trajetória da seguridade social no Brasil, uma similaridade na trajetória no campo de direitos”.

Há de se considerar que apesar da gênese do Serviço Social e da Assistência Social ser semelhantes, estas duas categorias não é e não podem ser confundidas, mesmo que desde as proformas da profissão, os Assistentes Sociais atuem nas ações de proteção social, assim como na política de Saúde, educação, dentre outras. A profissão não é inerte e suas conquistas são resultados de resistências frente às contradições sofridas ao longo da sua trajetória.

## **2. SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO PROPOSITIVA E NÃO SOMENTE EXECUTIVA: UMA ANÁLISE EM RELAÇÃO AO SUAS**

Em efeito a reformas neoliberais, surgiram grandes desafios em relação ao desenvolvimento das Políticas Sociais, partindo desse pressuposto a política da Assistência Social é afetada, que ameaça esta a retroceder. Atualmente, o Estado atingir esse objetivo, ou seja, há intenções de desmontar o sistema de Assistência Social brasileiro, com isso poderá ser afetados todos as unidades publicas de referencia e especializada, que oferecem assistência aos indivíduos cujo sofrem seus direitos violados.

### **2.1 SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONQUISTAS E DESAFIOS ATUAIS**

Com início da década de 1990, começo do neoliberalismo no Brasil as políticas sociais eram resultados de uma contraditória relação entre a elaboração de ações democráticas do

Estado e da Sociedade, principalmente depois da conquista de direitos na Seguridade Social, e da decadência destes, por conta das consequências da crise na acumulação capitalista.

Diante das transformações existentes internacionalmente, o Brasil, nesta época busca medidas para realizar a reforma do Estado, ou seja, mudanças em relação a suas ações no espaço econômico, político, social e cultural. O Estado assim adota a diminuição de suas responsabilidades, passando para as iniciativas privada. Podemos assegurar que isto se trata de um Estado mínimo, porém esta proposta de reforma defende a ideia de que o Estado está fazendo com que suas ações se tornem mais forte para assegurar as condições adequadas à expansão do mercado e ao alívio da pobreza dos que mais precisam.

Entretanto esta ideia adotada não foi como realmente estava sendo explicada, pode-se citar a seguridade social como exemplo, pois, em relação ao seu tripé: Previdência, Saúde e Assistência Social, se faz acreditar que seu desenvolvimento deveria tornar com a criação de um ministério da Seguridade Social, para o desenvolvimento de seu funcionamento. No entanto com o governo Collor de Melo, aconteceu tudo ao contrário, pois, a Seguridade Social foi dividida nos ministérios da Saúde, da Previdência e do Trabalho.

Tais reformas de bases neoliberais são seguidas no governo Itamar Franco e tiveram um grande impacto negativo em relação ao desenvolvimento das políticas públicas, pois, as reformas tem como objetivo diminuir os fundos financeiros para a Seguridade Social, e ainda tirar alguns outros serviços públicos que de fato são necessários para a população (SOARES, 2001). As políticas sociais são entendidas como insuficientes, pela questão do Estado priorizar o econômico em detrimento do social.

Ao falar destas reformas em relação aos direitos sociais é correto afirmar que existe o ataque na Assistência Social, pois diante da Constituição Federal a mesma se trata de um direito. Mas tal ataque não aconteceu sem a resistência de forças progressista e ainda de Assistentes Sociais que lutavam contra a refilantropização. (MOTA et. al, 2006). Em busca da superação de padrões subalternos é alcançado maior profundidade sobre os direitos sociais.

Como já discutido no capítulo anterior a Assistência Social é decorrente de caridade e benemerência, em relação às expressões da questão social e enfrentamento das mesmas. E segundo YAZBEK (2011) foram alcançadas conquistas significativas em relação à proteção social brasileira, em que regulamentou-se por meio da Lei orgânica da Assistência Social-LOAS. No mesmo pensamento da autora é destacado a Política Nacional da Assistência Social, (PNAS) de 2004, o marco responsável pela implantação do SUAS, trazendo novos ideais para esta política da Assistência Social.

Nesse aspecto, apontamos que a proposta da institucionalização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS é promover formas de superar as práticas de filantropização no atendimento aos problemas sociais, trazendo normatização a respeito aos direitos sociais brasileiros.

Desse modo, o SUAS é entendido como:

Um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem como finalidade primordial o lócus da gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira (NOB/05). Coloca-se em perceptiva uma nova lógica de gestão que exigirá o aprofundamento de sua concepção e o fortalecimento de Estado Nacional que seja capaz de impulsionar, pela força dos movimentos sociais e do compromisso ético-político dos sujeitos que se inscrevem no campo socioassistencial, processos democratizantes, visando a ampliação e consolidação dos direitos (SILVEIRA, 2009, p..61)

Este sistema defende a vinculação, dos conjuntos de iniciativas públicas e da sociedade que oferecem serviços, programas e projetos. Permite também a ampliação de acessos territorialidades e serviços organizados por níveis de complexidade e porte de município. Diante disto é seguro afirmar que o mesmo tem conduzido um meio de regulação unificada destes serviços, buscando superar as diversas formas de desigualdades, como a violência e pobreza.

É oportuno argumentar que além de muitos avanços alcançados, com inovações na gestão e nas áreas tecnológicas, a implantação do SUAS pode nos mostrar traços assistencialistas, visto que:

A implementação do SUAS pode revelar tendências que reforçam a Simple análise da legislação regulamentadora, com adaptações apressadas às realidades locais/regionais, sem mudanças significativas, podendo expressar práticas tecnicistas e burocráticas, que desconsideram o significado sócio-histórico dessa política (SILVEIRA, 2009, p. 62).

É seguro afirmar que a Assistência social mesmo que esteja relacionada um projeto político emancipatório, não quer dizer que a mesma se refere a uma superação da desigualdade social ou exclusão. Pois é considerada apenas como uma forma de estratégia enfrentada pelo Estado a minimizar as expressões da questão social.

A partir disto as interpretações de vários autores mostram que a discussão sobre a colocação do SUAS, deve ter uma análise da política de Assistência Social como dever do Estado, esta que está relacionada ao tripé da seguridade social e o desenvolvimento da proteção social, assim como o entendimento claro dos efeitos sofridos pelo modelo neoliberal nas Políticas Sociais.

O SUAS de forma estrutural traz para a gestão uma perspectiva inovadora em relação aos recursos, os serviços são efetivados de modo a obter maiores condições trabalhistas. Menciona-se como uma das mais importantes mudanças, o reforçamento no que se diz respeito aos Centros de Referência de Assistências Sociais (CRAS), onde tornou-se um membro principal do SUAS, nesse aspecto, é ampliado a intervenção do Estado em relação a desigualdade social.

Vale ressaltar que até então estes serviços eram prestados de forma dispersa, fragmentária e multiforme. Neste sentido, a criação SUAS pode viabilizar uma normatização, organização (no sentido de romper com a sobreposição de papéis), racionalização e padronização dos serviços prestados, inclusive considerando as particularidades regionais e locais. (MOTA, 2010 p.190).

A aprovação da Política Nacional da Assistência Social-(PNAS/04) e do Sistema Único da Assistência Social-SUAS, no governo Lula, trouxe avanços significativos. O SUAS passa a ser ampliado em todo o país, e ainda surgem aprovações de vários serviços, como o Estatuto do Idoso e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) passa a ter como idade obrigatória de 67 anos para 65. Foi neste patamar que ocorreu o Cadastro Único e a junção dos programas Sociais para o Bolsa Família.

A leitura da PNAS revela inúmeras mudanças no marco teórico, na estrutura organizativa e nos mecanismos de gerenciamento e controle da nova política. São conservados os princípios contidos na LOAS, tais como a referencialidade às necessidades sociais; a universalização do acesso para os que necessitam da assistência; o respeito a dignidade, à autonomia, aos serviços de qualidade; a igualdade de direitos; a dimensão pública dos serviços. (MOTA, 2010, p.191).

Com bases nas discussões do mesmo autor, é possível destacar duas possibilidades com a instituição do SUAS: resgatar o modelo histórico da Assistência Social, trazendo novamente a cultura assistencialista brasileira, com objetivos relacionados a ideologia do favor e a alienação das práticas filosóficas, a segunda diz respeito á superação da forma caritativa e medidas tomadas por ações do primeiro-damismo (MOTA, 2010)

A partir do Sistema Único de Assistência Social implantado houve de fato uma expansão muito significativa em respeito aos objetivos deste direito, com uma nova forma de conceituação de normatizações e padronização dos serviços oferecidos pela lei. Como dever, o Estado tem que garantir a prestação de direitos e proteção social ao usuário bem como garantir direito de acessar os benefícios e serviços.

Desse modo, considera-se que:

“O SUAS propõe, sobretudo, um acordo federativo com financiamento de forma conjuntural nas três esferas de governo (União, Estado e Município) o

mesmo também procura definir de forma explícita competências técnica políticas da União, Estados, Distrito Federal e municípios” (BRASIL, 2004, p.34).

É preciso salientar que a V Conferência de Assistência Social ocorre em buscar de promover ações e metas em favor da proteção social, objetivando os serviços socioassistenciais oferecidos não contributivos.

Neste cenário em 2009 também houve alterações em relação aos avanços na normatização da gestão do SUAS, como por exemplo, a Tipificação de serviços socioassistenciais, possibilitando os meios de articulações dos serviços e principalmente dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS.

Em 2011 a LOAS é alterada, após a aprovação da Lei nº12.453, tal alteração é relacionada à incorporação de avanços do sistema, transformando as instâncias da política da Assistência Social para a definição legal, no que resulta em questão favorável no que diz respeito a segurança dos municípios e facilidade ao alcance do fundo público, este processo permite maior intervenção política ao SUAS e a relação com o restante das políticas voltadas a proteção social. (SILVEIRA, 2011).

Apesar destas alterações, as dificuldades mais detectadas pelos municípios em relação ao SUAS é o que foi visto historicamente na Assistência Social, ou seja, um certo conservadorismo em relação aos serviços oferecidos, a desigualdade em relação ao desenvolvimento socioeconômico, com concentração de riqueza na mão de poucos e a pouca intervenção do Estado na direção desta política.

Ao falar uma análise geral a respeito dos direitos sociais no país, é possível afirmar que neste governo Temer houve uma série de ameaças aos direitos sociais conquistados pela sociedade civil, além das medidas conservadoras colocadas pelo governo, Temer também rompe verbas para o programa ciências sem fronteiras, e além de tudo compromete os recursos destinados à assistência social.

Diante disto é preciso elencar outro retrocesso a respeito dos direitos conquistados através de muitas lutas sociais, pois, surge como proposta do presidente dividir a classe subalterna em duas classes, ou seja, o benefício da assistência social será exclusivamente focados para os 5 % mais pobres da população. Fato este que nos mostra a possibilidade de ampliação da pobreza no Brasil.

Partindo deste pressuposto é seguro afirmar que com tais medidas, foi declarado no início do governo que não há intenção alguma do Temer continuar com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Como consequência desta queda de recursos no sistema, poderá

ser afetados todos as unidades publicas de referência e especializada, que oferecem assistência aos indivíduos cujo sofrem seus direitos violados, pois na ausência deste benefício ocorrerá um retrocesso em relação ao atendimento da população mais pobre.

Acabando com o SUAS, o Governo acaba com a possibilidade da população mais pobre acessar os direitos inscritos na constituição e voltará fatalmente a marginalidade a qual estava condenada antes da criação do Sistema, no ano de 2005. Mais de 10 anos de construção estão sendo enterrados em poucos meses do governo golpista, que aparta a política d Assistência Social das demais áreas, transformando-a em mero instrumento do assistencialismo barato e eleitoreiro dos golpistas que tomaram de assalto a Esplanada dos Ministérios. Quem esta capitaneando este desmonte é o gaúcho Osmar Terra, que entende a Assistência Social não como espaço para o acesso e a garantia de direitos, mas espaço de subjugação a interesses assistencialistas e eleitoreiros. (MÜLLER, 2017 pag, 71).

Dados revelam que pouco a pouco são realizados cortes para os benefícios do sistema, e isto pode ser um sinal não de “um país em processo de crise”, mas sim de intenções à desmontar o sistema de Assistência Social brasileiro, e se por via de consequências estes cortes continuarem a ser vivenciados, o SUAS simplesmente será rompido á sociedade brasileira. Prova disto é o corte previsto para 2019 de aproximadamente 50% para o funcionamento dos benefícios, serviços e programas do Sistema Único de Assistência Social, no que causará impacto sobre a Assistência Social, o Estado então pode ser visto como um portador de investida neoliberal e de avanço de uma agenda conservadora na política.<sup>1</sup>

É seguro afirmar que estes fatos debatidos são o motivo pela ameaça ao programa, pois com estes direitos implantados em processo de risco não teremos chances de diminuir a desigualdade social, a pobreza, a violência, assim como outros constrangimentos sofridos para sociedade subalterna.

Entretanto em tempos temerários, o Sistema Único de Assistência Social necessita de justiça, de coerência, de luta em coletividade para assim continuar a reivindicar contra as estratégias políticas, institucionais e técnicas que tentam cada vez mais derrubar sua natureza, desmoralizar suas ideias e diminuir suas seus critérios. O SUAS precisa que componentes

---

<sup>1</sup> Resolução 20 considera os impactos nefastos do corte de aproximadamente 50% no orçamento proposto para 2019 – para a execução dos benefícios, serviços e programas do o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. O corte está expresso no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019 – PLOA apresentado pelo Governo e que está em debate no Congresso Nacional. O anexo publicado com a resolução comprova que a proposta aprovada pelo CNAS era de R\$ 61,136 bilhões e que o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019 – PLOA prevê de R\$ 30,899 bilhões para a área de assistência social: uma redução de 49,46% em relação ao proposto pelo CNAS. (MDS 2018).

responsáveis pela sua gestão municipais/estaduais defendam sua existência e atribuições para melhor condição de vida.

## 2.2 VISIBILIDADE PROFISSIONAL: EXPANSÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL A PARTIR DO SUAS

A área da Assistência Social na atualidade pode ser entendida como uma das propostas de enfrentamento dos problemas causados pelas expressões da questão social, tornando-se assim um tema central do Serviço Social, profissão esta que assume através de políticas sociais o protagonismo histórico na construção de subsídios que apoiam a Assistência Social no país.

Entende-se por política social uma estratégia instalada pelo Estado após muita repressão por parte dos trabalhadores, tentando amenizar os problemas Sociais, e segundo Netto (2011), esta iniciativa do Estado não só atende as necessidades da sociedade, mas também do próprio capital. Nesse sentido, de acordo com BEHRING (2009, p.24) “[...] configura-se, no contexto da estagnação, como um terreno importante da luta de classes: da defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos do corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho.”

Para mediar os conflitos gerados pela questão social será necessária uma relação entre três segmentos, a própria questão social, as políticas sociais e a profissão de Serviço Social, pois para o enfrentamento dos problemas sociais serão mediados através de políticas sociais e estas serão executadas pelo Assistente Social, ou seja atualmente este profissional é o maior responsável por estas medidas.

Yazbek (2009) afirma que o Assistente social hoje é visto como um profissional preparado para tomar medidas de modo a executar, propor, elaborar políticas, assim como programas e serviços. Deste modo é seguro afirmar que o mesmo é considerado com um dos responsáveis pelo andamento destas políticas.

Vale salientar que com as contradições capitalistas das quais afetam o mundo do trabalho, traz para esta categoria mudanças em relação às atribuições do Estado, e as políticas sociais são uma das que sofrem alterações, assim é trazido para o profissional de Serviço Social novas requisições em relação a tais políticas.

Em relação à transformação da Assistência Social como política de proteção social brasileira, é necessário relatar que foi constituída no espaço de trabalho do Assistente Social, e segundo SILVEIRA (2009) a partir deste processo, o controle e a instrumentalização da área

da Assistência Social tomam iniciativas com objetivos de instalar para sua gestão, profissionais que sejam capazes de executar ações com visão crítica sobre as expressões da Questão Social. Partindo desse pressuposto os Assistentes Sociais passam a possuir na frente a esta política, maior relevância pública na vida dos usuários atendidos.

Como já ressaltado anteriormente, o processo histórico da Assistência Social era ligada a filantropia, tinha um traço de benemerência, a partir de lutas e busca por justiça social, surgiram a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, a Política Nacional de Serviço Social - PNAS, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e com estas outras normatizações, e até a atualidade são projetadas modificações, para serem interpretadas e entendidas.

Dados revelam que são identificados avanços significativos na construção da política de assistência social brasileira. É seguro afirmar que após alguns anos da aprovação da PNAS/2004, a Assistência Social é assegurada com diversas redes de proteção social no Brasil, segundo o BRASIL (2017) a quantidade de Centros de Referências de Assistência Social chega acerca de mais de 8 mil unidade, e em relação aos Centro de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS, passa de duas mil unidades, mais de 200 Centro POP, e quase 6 mil acolhimentos municipais. Cabe ressaltar que no que diz respeito aos profissionais desta gestão existe um número significativo para execução das políticas sociais nesta área.

Mas ao falar os pontos positivos desta referida política é necessário também relatar seus pontos negativos, pois existem dificuldades para sua operacionalização, RAICHELIS (2011) relata que através do processo histórico da política de Assistência Social, é possível se deparar hoje ainda com marcas de profissionalização precária, com ações imediatas, com práticas improvisadas apenas baseadas de formas assistencialistas. E para completar, é destacado a existência de vários municípios com pouca estrutura e desqualificação no que diz respeito aos serviços oferecidos.

De acordo com as sábias palavras de ALMEIDA E ALENCAR (2011) os profissionais Assistentes Sociais têm suas ações controladas pelas práticas alcançadas do mundo do trabalho, da sociedade e do Estado, os quais atingem quaisquer formulações existentes do mercado de trabalho profissional. E mais precisamente as condições do exercício profissional do Assistente Social, com isso é importante frisar que as instituições públicas são submetidas ao:

[...] perfil assumido pelo Estado, em relação às políticas públicas, do alargamento e amplitude dos direitos sociais, dos do alcance das intervenção

política resultante das disputas das instituições que conformam a sociedade civil, da constituição e distribuição do fundo público e da capacidade tecnológica e resolutiva das políticas públicas. A combinação destes diferentes fatores é determinante para a definição das formas de ingresso, contratação, treinamento, capacitação continuada e disposição organizacional desta força de trabalho (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 146).

Ao se deparar com a quantidade de CRAS e CREAS instalados no Brasil percebe-se que a quantidade de profissionais também é expressiva, pois as estatísticas mostram através do Censo SUAS 2017, que dentro destes há aproximadamente 8 mil CRAS e 2 mil CREAS, também existem 35 Centros POP, quase 10 mil centros de convivências, aproximadamente 6 mil conselhos municipais, 120 Estaduais e 1780 Centros DIA e similares.

Diante da quantidade de equipamentos na área da Assistência Brasileira é possível perceber que existe um número significativo de Assistentes Sociais, são estes Estatutários, celetistas, comissionados entre outros, nem todos tem um cargo seguro na política, ou seja, ainda que a NOB/RH SUAS 2006 seja um avanço necessário para a política, orientando concursos públicos e formação continuada, é notório de que os assistentes sociais são também donos de uma realidade igual aos demais trabalhadores. Neste sentido há de se considerar a prática neoliberal colocada pelo estado em busca de desresponsabilizar as suas atribuições e as consequências sofridas pelas políticas públicas. (SILVA, 2012).

Partindo deste pressuposto, o trabalho do Assistente Social dentro do SUAS torna-se desafiador, pois ao mesmo tempo que é colocado avanços normativos e políticas de acessos é colocado um postura adversativa para todos os trabalhadores inseridos em tal política.

A política de Assistência Social assim como outras projetam alterações, e estas mudanças referem-se a repasse de capital, ou em relação aos serviços prestados pela política. Então é fundamental que os assistentes sociais desta estejam atentos a tais mudanças. Este fato pode não ser favorável para a classe trabalhadora, com isso o profissional da assistência social tem que atentar-se a tais modificações, tendo em vista o que fazer para criar estratégias e ações para se aproximar cada vez mais da classe usuária e sua relação com os serviços oferecidos por essa política, buscando desse modo obter um protagonismo profissional. (NETTO, 1996)

Estas mudanças são relacionadas á organização da política de Assistência Social nos campos de trabalho do Assistente Social. Os resultados trazidos pela implantação do SUAS incidem no ordenamento do local de trabalho, assim como onde serão desenvolvidos os serviços, oferecidos pela referida política. Com isso é seguro afirmar que para seguir em

conformidade com o SUAS é mais um desafio posto aos profissionais da área da Assistência Social, inclusive aos Assistentes Sociais.

Para maior clareza, IAMAMOTO, (2006) ressalta que um dos principais desafios colocados aos Assistentes Sociais, é a eficácia de enxergar a realidade de modo crítico, ou seja, ser um profissional que mostre ações propositivas e não somente executivas. Mas para isto ser cumprido é preciso romper com o exercício através de ordens institucionais e limitações das suas tarefas, que a maioria das vezes são praticadas pelo medo de demissão.

Partindo do pensamento de que este sistema é democrático, os profissionais nele inseridos são responsáveis por priorizarem atuações que beneficiem e atendam as necessidades não somente individuais, mas também coletivas, pois observa-se que:.

O trabalho do assistente social engloba diferentes competências e atribuições configurando modalidades interventivas que partem da identificação de necessidades sociais individuais, familiares ou coletivas, com crítica e sistematização das condições de vida da população usuária, resultando em informação, orientação e formação reflexiva, na perspectiva do reconhecimento e atendimento das necessidades básicas, no acesso aos direitos, serviços e equipamentos públicos. (SILVEIRA, 2009, p.356).

O profissional de Serviço Social que exerce sua profissão no SUAS, precisa entender todas as mudanças geradas pelas contradições capitalistas, assim como, econômicas, políticas e culturais, nas quais atingem as famílias, os indivíduos e todos aqueles grupos que são usuários do seu serviço.

Dentre estes, são atribuídas várias funções aos Assistentes Sociais dentro do SUAS, dentre as quais podem ser citadas: a divisão de setores e a interdisciplinaridade do trabalho, no qual faz com que os profissionais tenham um maior número de funções, sendo assim estabelecidos a trabalhar com outras políticas ali presentes, e apesar de tudo ainda ter como nova exigência de diálogos com outros profissionais fora de sua área.

Nos dias atuais, observa-se um Estado cada vez mais minimizador das políticas sociais, em que são geradas crises na vida das classes sociais, tais como o desemprego, trabalho incerto, dentre outros fatores que alarmam a questão social. Nesse sentido são colocadas pelo SUAS novas demandas a profissão.

O assistente social, ao vender a sua força de trabalho enquanto meio de subsistência, assim como qualquer trabalhador submetido ao regime econômico capitalista, também fica alienado do “controle sobre os meios de produção do seu trabalho, submetendo-se às normas regulatórias e hierarquias administrativas que organizam os serviços” (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998, p. 118).

O profissional de Serviço Social também é atingido por todos estes constrangimentos, pois o mesmo faz parte da classe trabalhadora, podemos dizer que este se insere nos setores de serviços, incluindo aqueles sociais relacionados com as demandas coletivas de reprodução social.

Há de se considerar que a política da Assistência Social tornou-se um meio de discussão, tendo mais ainda fortalecimento após a implantação do SUAS. Por este motivo é indispensável relatar assuntos que são relacionados ao surgimento deste sistema e trabalho dos profissionais que atuam na política em questão. Sendo que neste estágio o trabalho do Assistente Social é a principal discussão. Estes avanços acontecidos anos depois da PNAS e SUAS são notáveis, porém é importante destacar que se trata de um processo em movimento e sendo assim possui seus desacordos. (MOTA, 2010)

Relacionando o Trabalho do Assistente Social no SUAS, com as alterações que vem acontecendo nestes anos, é seguro afirmar que contribui para a expansão do mercado de trabalho, tanto para este, bem como para profissionais que atuam neste sistema, no que traz novos desafios para esta categoria.

No que se refere ao avanço do trabalho praticado no SUAS trata-se da NOB/RH/2006, porém, pode ser considerado como um avanço político, ou seja, todos os trabalhadores - em especial os Assistentes Sociais - ainda estão inseridos na Assistência Social de forma indefinida através de cargos incertos. Vale ressaltar que este processo não se refere somente a trabalhadores decorrentes desta política, mas outros também são atingidos, listados na precarização de direitos e de trabalho.

Contudo, apesar destes desafios encontrados, o profissional de Serviço Social neste âmbito recebe como umas das principais atribuições à tentativa de superação com o tradicionalismo conservador da política de Assistência Social. É através de suas três dimensões: a dimensão teórico-metodológico, dimensão ético-política e a dimensão técnico operativa, que o Assistente Social é capacitado para atuar de forma a adotar uma análise crítica sobre a particularidade das expressões da questão social e tenha orientação para conseguir consolidar a assistência social como política de direito social e expansão de proteção social.

Para isto, o trabalho do Assistente elencado no SUAS deve associar-se a uma conjuntura de Políticas Sociais e profissionais, este ainda que sirva ao Estado, deverá procurar por melhorias junto a sociedade, bem como pode ser citado aos movimentos sociais, pois tornaria uma forma de consolidação de lutas mais amplas e significativas.

### **3. PROTAGONISMO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA ASSISTENCIA SOCIAL DO CRATO-CE: ATRIBUIÇÕES A PARTIR DO SUAS**

Neste capítulo será discutido de forma crítica quais os desafios colocados para os profissionais de serviços sociais atuarem de forma propositiva na área da Assistência Social do município de Crato-CE, visto que na maioria das vezes estes tem uma certa dificuldade em relação às suas atribuições.

Logo após, para melhor entendimento será abordado alguns fatores históricos do local escolhido para a pesquisa e como é dividida a Assistência Social neste campo. Abordando de forma clara quantos equipamentos e profissionais foram encontrados no município.

Neste espaço do trabalho monográfico, também serão apresentados quais os métodos adquiridos no decorrer do desenvolvimento do estudo abordado. Isto, por que segundo Minayo (2002) a metodologia é entendida como a direção que leva à realidade, assim, incluindo concepções teóricas da abordagem para o entendimento da mesma.

Finalmente este determina os resultados obtidos na pesquisa, através das coletas de dados realizados durante a mesma. Resultados estes que serão analisados em relação às respostas encontradas dos Assistentes Sociais selecionados para a entrevista.

#### **3.1 O MUNICÍPIO DE CRATO-CE: BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E INDICADORES SOCIAIS CENTRAIS**

O Crato-CE começou a ser povoado no século XVII, com a “entrada” dos exploradores baianos. Este município encontra-se localizado no sopé da Chapada do Araripe. Segundo a contagem do IBGE realizado no Censo Nacional de 2018 a população estimada em 2018 é de 131.372 mil pessoas.

Segundo Raimundo Girão e Antônio Martins Filho o município ganhou o nome de Crato com objetivo de homenagear ao vilarejo português de Alentejo, onde a localização se encontrava nas ruínas de um povoado chamado de Ucrato ou Ocrato. Entretanto há comentários de que o nome Crato vem de “Curato”, ou seja, antes o município teria se chamado Curato de São Fidelis de Siguaringa, depois Curato de São Fidelis (GIRÃO, 1985).

Segundo dados SEI/IBGE o PIB do município para 2015 é 11.031,52 e a estrutura setorial está distribuída da seguinte forma: 5,6% para a organização agropecuária, 14,6% para

a indústria e 53,7% para os serviços e comércio. Estes são os dados encontrados em relação à economia da cidade.

De acordo com dados informados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social (SMTDS) hoje existem na área da Assistência Social do município seis (6) Centros de Referência Assistência Social- CRAS, 1 (um) Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, 1 (um) Cadastro Único/ Bolsa Família, 1 (um) Restaurante Popular, 1 (um) Casa do Cidadão, 1 (um) Polo de Atendimento, 1 (um) Centro POP para atendimento a pessoas em situação de rua, 1 (uma) Casa de Acolhimento para crianças e adolescentes que tiveram seus direitos e laços familiares rompidos, 1 (um) Conselho Tutelar, 1 (um) Centro de Referência da Mulher - CRM, estes estão relacionados à proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

A política da Assistência Social no município do Crato é organizada de acordo com os níveis de complexidade estabelecidos pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS nos quais se referem à proteção básica. Quanto a proteção especial de média e alta complexidade, tendo este como órgão gestor a Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social – SMTDS com isso segundo a SMTDS (2018) são definidos 18 Assistentes Sociais atuantes nesta área. Como sabemos O Sistema Único de Assistência Social define a gestão do município em três níveis, são estes: inicial, básica e plena. A cidade de Crato esta habilitada no nível de gestão plena.

Segundo a NOB/SUAS (2005) são definidos como praticantes do nível pleno, todos os municípios que se encontram em atender à gestão total das ações socioassistenciais, ao assumir o papel não somente de organizar a proteção social básica em seu município, mas também as situações em que existe violência de direitos.

### 3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E INSTRUMENTAIS DE COLETA DE DADOS

Como já foi explanado, este trabalho visa esclarecer como funciona a atuação do profissional de Serviço Social na área da Assistência Social do município de Crato-CE, bem como suas atribuições a partir do SUAS. Para tornar claro e compreensível o tema em questão foi necessário abordar algumas questões como, por exemplo, o serviço social como uma profissão propositiva; como está ocorrendo o trabalho do referido profissional na Assistência

social com reflexões do SUAS, sem deixar de destacar algumas ponderações sobre a Assistência Social no Brasil.

Para realizar estas discussões feitas no corpo do trabalho foi indispensável à pesquisa bibliográfica, a qual proporcionou uma base significativa para o desenvolvimento teórico do estudo abordado. Entende por tanto que “a bibliografia como técnica tem por objetivo a descrição e a classificação dos livros e documentos similares, segundo critérios, tais como autor, gênero literário, conteúdo temático, data etc.” (SEVERINO, 2007 p.134).

Em busca de conhecer como é desenvolvida a atuação do profissional e quais estratégias para tornar-se um protagonista da sua profissão, partiu-se de uma abordagem qualitativa na qual busca entender a realidade. Logo, entende que “As pesquisas qualitativas tem se preocupado com os significados dos fenômenos e processos sociais, onde permeiam as redes de relações sociais.” (PÁDUA, 2004, p.36).

É necessário frisar que o trabalho além de desenvolver a pesquisa explicativa que para (GIL, 2018) se trata daquela pesquisa na qual aponta os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É o tipo que mais se apropria ao estudo da realidade, pois, é um meio de explicar a razão, o porquê das coisas. Por este motivo é o mais adequado. Também utilizou a pesquisa descritiva que na concepção do mesmo autor é amaneira mais complexa de descrever os traços de determinadas populações ou fenômenos. Sua característica está nas coletas de dados, ou seja, o questionário e a observação sistemática. Ex.: pesquisa referente à idade, sexo, escolaridade e dentre outras.

Em sequência para tornamos possível o colhimento das informações dos sujeitos a serem entrevistados para nossa pesquisa, foi preciso utilizar a pesquisa de campo, que para Severino (2007, p.123) “Na pesquisa de campo o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador.”

Consecutivamente, para a coleta dos dados, foi utilizada a entrevista estruturada, com objetivo de alcançar as informações necessárias para o trabalho. Bem como o autor nos explica o significado de entrevista:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (LAKATOS, 1991, p.195).

De acordo com Gil (2008) a entrevista é uma das técnicas que se destacam em relação aos trabalhos científicos, pois, é aquela mais adequada para o alcance de informações do que as pessoas sabem. No pensamento do mesmo autor, a entrevista estruturada é a mais vantajosa para uma pesquisa, pois, se torna a mais rápida a ser aplicada, bem como não tonará uma exaustão por parte dos entrevistados.

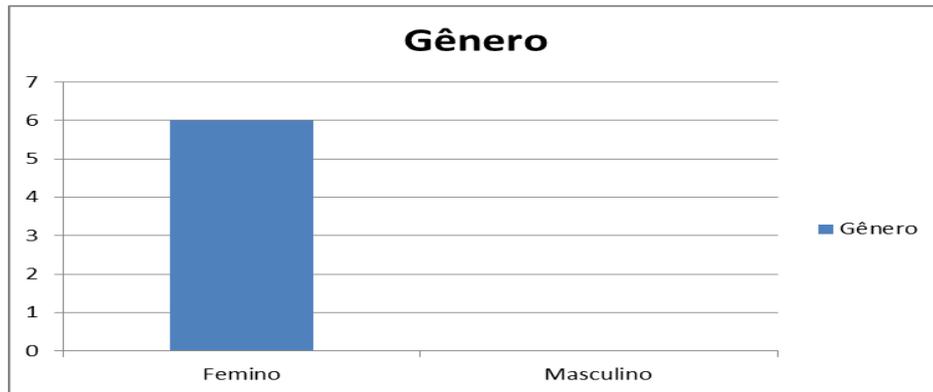
O universo da pesquisa é composto por 18 (dezoito) Assistentes Sociais, com isso a entrevista foi realizada do dia 09 a 11 de outubro de 2018, apenas com 06 (seis) destes que atuam na área da Assistência Social de Crato-CE, pois nem todos os profissionais se dispuseram em participar da pesquisa, por motivos diversos. Os parâmetros estabelecidos para a escolha das entrevistas foi que cada um atuasse em um equipamento diferente. Desse modo foram entrevistados: 1 (um) profissional do CRAS Alto da Penha, 1 (um) do CRAS Muriti, 1 (um) do CRAS Seminário, 1 (um) do CREAS, 1 (um) do Bolsa Família e 1 (um) da Secretaria de Assistência Social.

### 3.3 ANÁLISE DOS DADOS: COTIDIANO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL A PARTIR DAS ENTREVISTAS

Para início da entrevista, foram colocadas perguntas que destacassem a caracterização dos entrevistados, ou seja, relacionadas à idade, gênero, ano de formação, formação continuada e tempo de atuação na área estudada. Seguidamente foi colocado para melhor compreensão do estudo perguntas sobre o cotidiano profissional, a contribuição do Assistente Social em relação à materialização do SUAS, dentre outras que facilitem ao objetivo do pesquisa.

A seguir será apresentado em forma de gráficos sobre o perfil dos profissionais entrevistados. Desse modo, o Gráfico 01 apresenta a idade, Gráfico 2 destaca o resultado do gênero, Gráfico 3 ano de formação, Gráfico 4 representa o tempo de atuação na área da Assistência Social no município de Crato-CE:

GRÁFICO 01



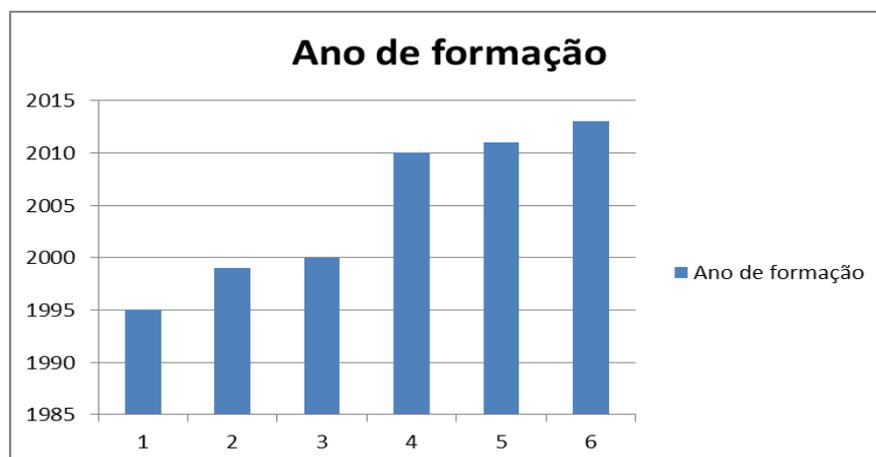
– Fonte Primária, 2018

Podemos destacar que o total de 100% de entrevistados pertence ao sexo feminino, pois mesmo que a profissão de Serviço social atualmente se encontre mais diversa, a maioria ainda são mulheres.

Como sabemos o Serviço Social surge de forma caritativa, com intuito de amenizar os problemas sociais através da ajuda, em que estes são denominados de Questão Social, sendo um dos instrumentos da área de atuação aqui estudada. Tal caridade era praticada pelas “damas de Caridade”, mulheres de burgueses que se responsabilizavam pelo ato. Segundo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011), a mulher era escolhida para estas ações por que o seu jeito sensível de ser torna-a compassiva.

Pode-se perceber que com as vivencias dos tempos atuais, que a profissão tornou-se diversificada, porém, ainda apresenta um grande número de profissionais mulheres. Partindo desta análise da pesquisa é possível deparar-se ainda com traços históricos supracitados, pois, em relação ao público entrevistado temos a amostra total feminina.

GRÁFICO 02



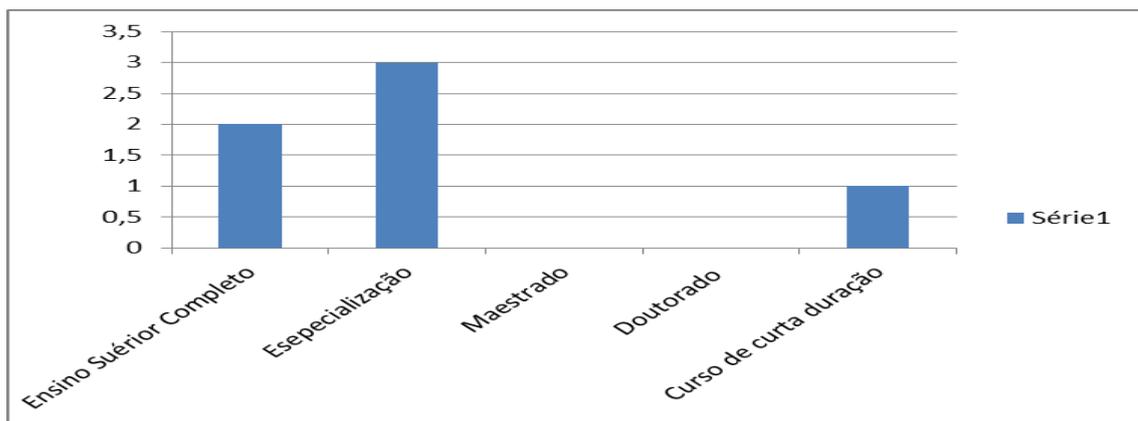
– Fonte Primária, 2018

Como podemos perceber a pesquisa teve um público não tão recente na profissão, pois, os dados mostram que dentre estas as mais recentes formou-se em 2013 e 2011. Dentre as demais se encontram de 2010 para baixo, sendo a formação mais antiga em 1995.

Segundo Iamamoto (2006) entende-se pela formação profissional como um fenômeno a decifrar a realidade do mercado de trabalho vinda de demandas sociais, as relações do fazer profissional e o que é presente vivenciado na sociedade.

Tal profissão está sofrendo rebatimentos na atualidade, pois, a assistência social nos governos em poder está totalmente em apuros. Esta é uma área que mais emprega Assistentes Sociais e a mesma se encontra com cortes de quase 50% para o funcionamento dos benefícios, serviços e programas do sistema único de assistência social, no que causará impacto sobre a política.

**GRÁFICO 03- FORMAÇÃO CONTINUADA**

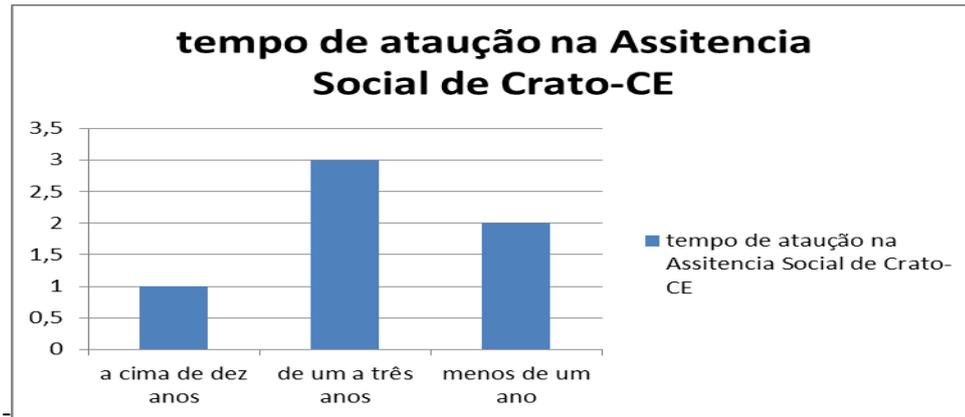


– Fonte Primária, 2018

Dentre as profissionais entrevistadas é visto que a maioria destas possuem especialização, as demais se dividem entre somente com o ensino superior e cursos de curta duração.

Segundo Perrenoud (1993), uma das maneiras mais seguras de profissionalização. A busca pela especialização trás para o profissional uma formação mais crítica, pois quanto mais este se adequar a sua área de atuação mais contribuirá para suas atribuições. A formação continuada é uma dos cenários de intercâmbio das práticas singulares, encaminhando com as demais competências individuais e grupais, que são recursos fundamentais para a formação.

GRÁFICO 04



Fonte Primária, 2018

Ao se realizar uma análise do gráfico acima, observa-se que a maioria se trata de profissionais atuantes em até três anos na área da Assistência Social de Crato-CE. Entretanto o objetivo desta pesquisa foi entrevistar profissionais que atuassem a mais tempo nesta área.

Quanto mais apropriado à prática profissional, há maior conhecimento sobre a materialização desta política no município, pois, a partir deste processo, o controle e a instrumentalização da área da Assistência Social tomam iniciativas com objetivos de desenvolvimento para sua gestão. (SILVEIRA, 2009).

Partindo desse pressuposto são profissionais capazes de executar ações com visão crítica sobre as expressões da questão social. Por este fato os profissionais de Serviço Social passam a possuir na política de Assistência Social, maior relevância pública na vida dos usuários atendidos.

Para chegar a uma realidade sobre a atuação dos profissionais nessa área, foi necessário fazer uma análise dos desafios colocados para estes na execução de suas funções na área da Assistência Social de Crato - CE. As reflexões das entrevistadas em relação a seu campo de atuação comprovam em parte muitos desafios.

Foi solicitado que as profissionais descrevessem quais desafios se colocam no cotidiano do seu trabalho. O resultado verificado na fala das entrevistadas foram semelhantes, pois as mesmas destacaram certa fragilização no fortalecimento da rede sócio assistencial, assim como a falta do repasse público para tais benefícios. A resposta que mais chamou atenção foi o relato de uma das atuantes em relação aos seus desafios diários, podendo ser verificado no discurso a seguir:

AS1: os desafios colocados em relação ao êxito do trabalho desenvolvido é a dificuldade do fortalecimento da rede sócio assistencial. Por mais que se

busque tal fortalecimento ainda não se chega a plenitude desejada, ou seja, há uma fragilização nesse sentido.

AS2: Os desafios são inúmeros, dentre estes, o sucateamento do repasse público para a população que necessita das políticas públicas (como exemplo: temos a concessão dos benefícios eventuais).

Observa-se que as principais dificuldades para conseguir intervir de modo a cumprir suas atribuições também parte da falta de compromisso do Estado. A entrevistada AS5: ressalta que além das dificuldades postas em seu campo de atuação por parte das dificuldades do fortalecimento da rede sócio assistencial, também é exigido aos profissionais que atuem com o domínio de informações para a identificação dos instrumentos a serem acionados, bem como tenham habilidades técnico-operacionais, que permitam a um próprio diálogo em relação aos segmentos sociais.

Segundo Iamamoto (2006), o desafio mais presente, colocado ao assistente social é não atuar de forma imediata, e ter clareza das demandas postas a sua intervenção, porém, para o profissional chegar a essa característica, o próprio teria que romper com o exercício através de ordens institucionais e limitações das suas tarefas. E muitas vezes estes são entendidos como meros executores.

Tal imediatividade de atendimento, diz respeito a profissionais que enfrentam problemas com respostas rápidas, sem olhar a realidade destes. E para os autores do Serviço Social é uma das ações mais preocupantes, pois estes atendimentos de forma imediata resolve apenas o que parece ser sem conhecer as particularidades que pertenciam àquela demanda tão complexa.

Para uma melhor avaliação em relação aos conhecimentos das profissionais sobre sua profissão, perguntou-se se acompanham as transformações da política da Assistência Social, e com isso foi solicitado que relatassem sobre seu entendimento relacionado a tais mudanças nos últimos 10 anos. Foi percebido que algumas das profissionais tiveram dificuldade em responder, talvez pelo fato de não acompanhar os pontos da sua política de intervenção. A AS1, por ter um maior tempo de atuação é segura que:

AS1: Muito se tem avançado nesses dez anos. Minha avaliação parte do principio da minha formação. Quando estava cursando Serviço Social, participei da construção do SUAS, do ECA e dos conselhos. Na época era uma utopia que se concretizou. Quando adentrei no mercado de trabalho estas construções, até então criadas, iam aos poucos de fortalecendo. Mudanças positivas ocorreram em detrimento ao abafamento dos Movimentos Sociais. Atualmente, ante uma nova conjuntura nota-se uma mudança estrutural em relação aos direitos e acessos de serviços aos menos favorecidos. É o constante “devir” onde o profissional do serviço Social busca o conhecimento e os meios de mediação.

É seguro afirmar que os direitos conquistados até a atualidade, diz respeito a uma intervenção do Estado com objetivo de silenciar as lutas existentes na busca por melhorias sociais. Segundo a autora Mestriner (2008) o Estado não se identifica como sua função de responsabilidade pública e estatal as necessidades da população, mas sim, como um conjunto das iniciativas organizacionais da sociedade civil do chamado campo dos “sem fins lucrativos”.

As entrevistadas AS2 e AS4 tiveram pensamentos diferentes em relação a estas mudanças realizadas na política, em que a primeira ressalta que a assistência social passa por avanços significativos, e isto ocorre frequentemente, já em relação à fala da segunda entrevistada, é evidenciado que sim, a política veio ganhando pontos positivos ao decorrer do tempo, porém, dificilmente encontramos avanços em relação à mesma, pois para isto, é necessário que existam lutas e muita resistência.

Referentes a estas tais mudanças na política da Assistência Social, podem haver avanços, porém, podem ter pontos negativos para a sociedade, então a partir disso o Assistente Social tem que ser um profissional atento a tais modificações, tendo em vista o que fazer para buscar o conhecimento e os meios de mediação a serem tomados.

Seguindo ao objetivo do estudo, foi feita uma análise destas entrevistadas a partir do SUAS. Para maior profundidade perguntou-se a estas quais as suas contribuições para a materialização do SUAS em Crato-CE, bem como para o fortalecimento da política da Assistência Social neste município:

AS6: a contribuição do profissional está intimamente ligada às próprias diretrizes do SUAS. Não é algo individualizado. É certo que somos imbuídos do conhecimento adquirido e através do nossos valores atribuímos ou crescemos à prática o “fazer e ser” no melhoramento das ações oferecidas ao usuário da Assistência Social. A prática de todos os Assistentes Sociais, se bem executada, propiciará o enriquecimento tanto a profissão quanto das políticas públicas onde quer que esteja executada essa política.

Segundo a entrevistada para que o Sistema Único de Assistência Social - SUAS possa ser bem executado, não somente no Crato-CE, mas em qualquer município, o Assistente Social precisa ser conhecedor de suas atribuições, pois, segundo esta o mesmo é um profissional de mera contribuição para o desenvolvimento da política da Assistência Social.

Esta fala está de acordo com o CFESS (1993) quando aborda que as funções avançadas da profissão devem nortear as atribuições profissionais independente do espaço sócio-ocupacional, em que o profissional de Serviço Social está inserido, de modo que as

solicitações institucionais e as legislações da política de Assistência Social não de prioridade sobre estas.

Em relação as demais Assistentes Sociais foi alcançado respostas diretas sobre o assunto, a AS2 e AS4 relatam que suas contribuições para a política parte através do compromisso com a profissão e com o usuário, atendendo tais demandas de forma crítica e sempre embasada no código de ética junto das leis que regem o exercício da profissão, a AS2 também deixa claro com suas palavras que “jamais, em tempo algum, poderíamos deixar de ter como cabeceira o código de ética, a lei que regulamenta a profissão”.

É perceptível a partir da fala dos sujeitos da pesquisa, que existe uma significativa importância em relação ao código de ética profissional com a profissão de Serviço Social, pois é um elemento que assegura compromisso ético na profissão. Para melhor entendimento, os códigos de ética são regulamentados pelo Estado e por os responsáveis organizativos de cada profissão. Observa-se por tanto os argumentos apresentados a seguir:

O código de ética como todos os códigos, deve ser interpretado com uma norma não contraditória, por sua natureza. É um sistema que unifica e convergem valores. Esta concepção é fundamental, em qualquer formação social, pois se for contraditório não exerce sua instrumentalidade. (SIMÕES, 2003, p.471)

É seguro afirmar que as ações profissionais tem que se materializar de forma ética, sendo um profissional propositivo, no qual seja capaz de atuar de maneira a garantir a efetivação de direitos, acompanhando e orientando os usuários atendidos por estes.

As próximas análises versará sobre o tema central do trabalho, o protagonismo profissional, onde foi feita uma análise acerca do conhecimento dos sujeitos da pesquisa no que se refere a sua atuação. Para isto solicitou-se que as assistentes sociais respondessem o que entendia por protagonismo profissional. Ao explicarem sobre seu conhecimentos descreveram sobre o tema em questão como:

AS1: Uma evolução profissional e pessoal - competência do próprio profissional que se coloca como autor de sua história. Ou seja, é o constante aprendizado ante os desafios da vida os quais não sei lidar. Eu sou parte desse processo, enquanto pessoa manter-se aberto ao aprendizado constante, tanto para aprender quanto para desaprender.

O discurso acima não somente ressalta sobre o protagonismo no âmbito profissional, como também sobre este na vida pessoal, pois, de acordo com a entrevistada para que tenha conhecimentos das suas próprias funções é preciso estar aberto a quem você é, o que te motiva suas mais importantes características, como se relaciona com pessoas, o que gosta e o que não gosta ponto forte e ponto a desenvolver.

Em relação às demais profissionais percebeu-se certa dificuldade em responder tal pergunta, porém houveram respostas similares umas das outras, as entrevistada AS4 e AS6 discutem como protagonismo profissional a competência de atuação frente as demandas de forma propositiva, mesmo diante das dificuldades postas no cotidiano do trabalho.

No mesmo patamar, perguntou-se sobre como identificam o protagonismo do profissional de Serviço Social na área da Assistência Social de Crato-CE. Uma das profissionais que atua há mais tempo nesta área respondeu:

AS1: O protagonismo do Assistente Social em Crato-CE, é parte de um plano e desenvolvimento individual e metas a serem alcançadas em sua carreira. O que é diferente de “plano e cargos de carreira” tão sonhados por essa categoria. Enfim esse plano e metas individuais são permeados de imprevistos. Os desafios têm que saber lidar e encarar de forma positiva o que garante sua adaptabilidade ao mercado de trabalho.

Esta ainda coloca que as empresas ou empregadores (gestores municipais) não podem ser considerados como um responsável deste processo, pois, para se obter um comportamento sobre suas responsabilidades, o autoconhecimento é instrumento de cada indivíduo, mencionou ainda que se a profissão viabilizasse o direito de planos e cargos, seria estabelecido corresponsabilidade neste processo.

Nessa perspectiva, a intervenção profissional na política de Assistência Social não pode ter como horizonte somente a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de limitar suas atividades à “gestão da pobreza” sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de um viés moralizante (CFESS, 2011, p. 7).

Na busca por tentar compreender se existe uma atuação propositiva, pelos profissionais que atuam na política de Assistência Social no município de Crato-CE, indagou-se as entrevistadas o que eles entendem como uma intervenção propositiva e não somente executiva, e se as mesmas se identificam como propositivos o sigilo profissional. A seguir algumas falas das entrevistadas:

AS1: Então, partindo da compreensão de que uma pessoa ou profissão propositiva é aquela que assume uma postura analítica crítica ante algum acontecimento ou fato. O que possibilita soluções ou alternativas para a situação problema. Assim, executar está atrelado aos procedimentos técnicos os quais seguimos, porém se usarmos o entendimento crítico haverá uma proposta mediada de superação. Não é só o executar, o fazer por fazer. É essa diferença.

AS3: Entendo que a profissão do Assistente Social é somente ser o superficial, ele necessita ir além de um conhecimento, de um atendimento é

preciso buscar o que ainda não foi visto como meio de superação do problema do usuário.

AS5: mais que executar a política da Assistência Social em seus espaços ocupacionais, somos profissionais que devemos sempre desenvolver nossa criticidade mediante as situações e dificuldades que nos são postas, buscando maneiras de melhorar e trabalhar evoluindo como sociedade e categoria profissional na luta pela melhoria e garantias de direitos.

Essas falas vão de encontro com o pensamento de Guerra (2000), onde este ressalta que é através da capacidade adquirida na intervenção dos profissionais, que os Assistentes Sociais levam a uma mudança significativa em relação às condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social, no nível do cotidiano.

Referindo as demais respostas, algumas não foram tão completas, pois percebeu-se certa insegurança por parte das Assistentes Sociais, a AS2 coloca que muitas vezes o profissional é colocado apenas para intervir de forma a executar, e isso tem que ser seguido pelos mesmos, e para atuar de forma propositiva é preciso que as instituições empregatícias mudem suas regras. Nesse sentido, concorda-se em parte sobre esta fala, pois, os empregadores do Serviço Social é o Estado e sabe-se que o mesmo vem a intervir para a amenização e abafamento da questão social. Com isso o Assistente Social é considerado um instrumento deste para mediar estes conflitos de forma a beneficiar o próprio Estado, porém como as AS4 e AS6 citou em relação ao protagonismo profissional é necessário que haja competência de atuação frente às demandas de forma propositiva, mesmo diante das dificuldades postas no cotidiano do trabalho.

Em relação às respostas dadas pelas entrevistadas, é seguro afirmar que mesmo que tenham algumas contradições em seus conhecimentos referentes à suas reais atribuições, se faz necessário que entendem, ainda que de forma superficial sobre ser um protagonista da sua profissão, e se não existir meios de proporções pelas mesmas, o enfrentamento das expressões da questão social será somente o proposto pelo Estado (calar a sociedade), através de políticas públicas. Segundo Iamamoto (1999) ,“Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar, efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.”

Em análise geral desta pesquisa é perceptível que estas profissionais também não conseguem em parte garantir o que esta posto na PNAS/2004, por motivos que não sejam

somente a falta de reconhecimento pela sua atribuição, pois são colocados desafios para sua atuação como os seguintes: falta de materiais que contribuem para a realização das atividades, infraestrutura do local, poucos profissionais inseridos nos equipamentos e dentre outros aspectos que estão relacionado.

Em suma as Assistentes Sociais entrevistadas apontam que sua área de atuação, ou seja, a Assistência Social no âmbito local estudado, esta sujeita a limites e possibilidades no que dificulta a efetivação dos direitos aos usuários, é certo que é possível identificar que as condições do SUAS, principalmente aos assistentes sociais, as vezes podem trazer alguns traços que possa se contrapor com Código de Ética Profissional, no qual garante a ação deste como assegurar o sigilo dos usuários. A partir desta discussão entende-se que existem desafios no cotidiano dos Assistentes Sociais, no entanto se reconhece que as estratégias são necessárias para o fazer profissional.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Salienta-se que este fato discutido não se trata de um processo decisivo, são reflexões e indicações oriundas das problematizações acerca do exercício profissional do assistente social no SUAS. A política da Assistência Social é área que mais emprega Assistentes Sociais, esta passa a ser dever do Estado e direito do cidadão a partir de 1988, com a Constituição Federal, direito este conquistado através de muitas lutas por parte da sociedade. Vale ressaltar que diante desta conquista os profissionais de Serviço Social, ganham forças em relação à garantia dos direitos sociais. Diante do exposto, os fenômenos que apontamos ao decorrer deste trabalho apresentam uma análise em relação às atribuições privativas e competências profissionais a partir do SUAS.

O fazer profissional está relacionado a uma mediação entre Estado e sociedade, em que o Assistente Social terá como principal instrumento a questão social, no entanto é seguro afirmar que a Assistência social mesmo que esteja relacionada a um projeto político emancipatório, não quer dizer que a mesma se refere a uma superação da desigualdade social ou exclusão. Pois é considerada apenas como uma forma de estratégia enfrentada pelo Estado a minimizar as expressões da questão social.

Pode-se afirmar que atualmente está sendo ainda preocupante em relação à ideologia neoliberal, o Estado cada vez mais desresponsabilizando suas atribuições, passando a atender as necessidades sociais de forma seletiva. Para isto, o Assistente Social busca a maneira de atuação que mais seja favorável à sociedade através de suas três dimensões: a dimensão

teórico-metodológico, dimensão ético-política e a dimensão técnico operativa, que em que este profissional é capacitado para atuar de forma a adotar uma análise crítica sobre a particularidade das expressões da questão social.

Diante deste assunto discutido, foi realizada uma análise sobre o reconhecimento dos profissionais no que diz respeito as suas atribuições e se estes adotam meios a enfrentar de forma propositiva e não somente executiva a sua atuação. Buscando desse modo, a identificação de um protagonismo profissional, onde mesmo que aparentemente a maioria destas conheçam as suas funções, demonstram certo desconhecimento sobre a materialização do SUAS no município de Crato-CE. Em alguns momentos mencionavam também que havia vários desafios para que atuassem de forma propositiva, pois, muitas vezes o empregador desta profissão, definem suas atividade, bem como a forma de desempenhá-las.

Em relação à materialização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no município algumas das entrevistadas aparentam não conhecer ou ter uma visão sobre o assunto, este fato nos mostra certa falta de profissionalização, pois, estes tem a obrigação de entender o desenvolvimento deste sistema, ou seja, as ações profissionais tem que se materializar de forma ética, sendo um profissional propositivo.

A transformação ocorrente na política da Assistência Social tem certos avanços significativos, porém, é seguro afirmar que mesmo que esta esteja a um projeto político emancipatório, não significa uma superação da desigualdade social. Diante deste fato não podemos parar de buscar pelo melhor cada vez mais, visto que podem ter pontos negativos para a sociedade. Então a partir disso o Assistente Social tem que ser um profissional atento a tais modificações, tendo em vista o que fazer para buscar o conhecimento e os meios de mediação a serem tomados.

É oportuno nesse momento de conclusão ressaltar que, mesmo com tais dificuldades de intervenção sofridas pelo Assistente Social, este profissional não pode permitir a falta de compromisso, mas interpretar a realidade e ter capacidade de intervir de forma a propor melhores condições sociais, pois, este tem que ter condecoração que se trata de um profissional envolvido na luta por igualdade social. Diante dos resultados obtidos, percebe-se que seria de extrema significância a continuação desta pesquisa, em números maiores de municípios a fim de se traçar o perfil do trabalho do Serviço Social na área da Assistência Social e seu reconhecimento na mesma, pois, o intuito é repassar a reflexão para todos em relação a sua atuação, visto que se trata de um profissional que requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. de.; ALENCAR, M. M. T. de. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, F. C. da S. Seguridade social. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n.1272, 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/9311/seguridade-social>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BARBOSA, R. N. B., CARDOSO, F. G. e ALMEIDA, N. L. A. A Categoria processo detrabalho e o trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, nº 58, ano XIX, nov., p. 109-130. 1998.

BATTINI, O. **O Estado das Artes no Serviço Social**. Estudo sobre a construção do conhecimento na prática profissional do assistente social. Tese de doutorado. PUC / SP. 1999. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17987>>. Acesso em: 20 de out 2018.

BEHRING, E. R. **Política Social no contexto da crise capitalista**. In: Serviço 2009 Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5457054.pdf>> .Acesso em: 22 de out. 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, novembro de 2004.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. Proteção Social Especial. Brasília, S/D. Disponível em:<<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/protecao-social-especial>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

CARVALHO, M. do C. B. de. **Assistência Social**: Reflexões sobre a política e sua regulação. Mimeo, Novembro, 2005.

CERQUEIRA FILHO, G. A **“Questão Social” no Brasil**: Crítica ao Discurso Político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

(CFESS) CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha\\_CFESS\\_Final\\_Grafica.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução CFESS nº493/2006 de 21 de agosto de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao\\_493-06.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf)>. Acesso em: 24 de out.2018

\_\_\_\_\_. **Resolução CFESS nº273/93.**  
Instituto Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. 13 de março de 1993.

COLIN, D. A.; SILVEIRA, J. I. Serviços socioassistenciais: referências preliminares na implantação do Suas. In: BATTINI, O. (org.) **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate.** São Paulo: Veras. 2007. p.61-62.

COUTO, Rojas Berenice. **O Direito Social e a Assistência Social na Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4ª Ed., São Paulo: Cortez, 2010.

FREITAS, Cristiane Redin; GUARESHI, Pedrinho A. **A assistência social no Brasil e os usuários: possibilidades e contradições.** Dialogo, n. 25, abr. 2014

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade.** n. 62. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <  
<http://canaldoassistentesocial.com.br/wp-content/uploads/2018/04/instrumentalidade-e-ss.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2018

MINAYO M.C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** Rio de Janeiro: Abrasco, 2007.

IAMAMOTO, M. V. Os Espaços Socio-cupacionais dos Assistente Sociais. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <  
<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 34ª ed, São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LAKATOS, E. M.. MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARTINEZ, W. N. **A Seguridade social na Constituição Federal.** 2ª ed. São Paulo: Ltr, 1999.

MESQUITA, V. C. da R. A assistência social na Constituição Federal. **RBDC**, v.20, jul./dez, 2012. Disponível em:<<http://esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/viewFile/7/6>>. Acesso em: 28 de agosto/2018.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2008.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MOTA, A. E. et. al. (Orgs.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS: OMS: Ministério da Saúde, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e sociedade**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. As tendências da política de Assistência Social, o Suas e a formação profissional. In: MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. NETTO, José Paulo. A **CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL**. Disponível em: [http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto\\_etico\\_politico-j-p-netto\\_.pdf](http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf). Acesso em 14 - Set. de 2018.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teóricoprática**. 17. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012. 97 p.

PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa, Dom Quixote: 2 ed. 1993.

PIANA, Maria Cristina. **AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO: natureza e desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP; 2009.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serv. Soc. Soc**, n. 107, p.420-437. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300003&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 25 ago. 2018.

SERVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. A. F. Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Reflexões sobre o trabalho profissional. **Revista Ser Social**: Brasília, v. 14, nº 30, p.155-189. 2012a.

SILVA, M. M. J. da. O lugar do Serviço Social na Educação. IN: SCHENEIDER, G.; HERNANDORENA, M. do C. **Serviço Social na Educação Perspectivas e Possibilidades**. Porto Alegre: CMC, 2012b. p.29-44. Disponível em: <[http://www.cress-mg.org.br/arquivos/servico\\_social\\_na\\_educacao.pdf](http://www.cress-mg.org.br/arquivos/servico_social_na_educacao.pdf)>. Acesso em:

SILVEIRA, J. I. O Sistema Único de Assistência Social: institucionalidade e processos interventivos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 98. São Paulo: Cortez, p.335-362, 2009.

SILVEIRA, J. I. Gestão do Trabalho: Concepção e significado para o SUAS. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial**. Brasília: MDS, 2011. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/gestaodotrabalho-suas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/gestaodotrabalho-suas.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2018.

SIMÕES, C. A ética das profissões. In: BONETTI, D. A. (Org.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2003.  
SOARES, L. T. R. **Ajuste Neoliberal e desajuste Social na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, Cap. II, 2001. p. 42-66.

SOUSA, R. S. CASTRO, A. G. **Movimentos Sociais, Direitos Humanos e Serviço Social**. Florianópolis: Congresso Catarinense de Assistentes Sociais, 2013. Disponível em: <<http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Movimentos-Sociais-Direitos-Humanos-e-SS-no-Brasil2.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2018.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: \_\_\_\_\_. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/Unesco, 2009.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. – Brasília: CFESS/ABESPSS, 2009. 760 p. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. V. 1)

YAZBEK, M. C. O serviço social e a construção dos direitos sociais. In: BATTINI, O.; BAPTISTA, M. V. (Orgs.). **A Prática Profissional do Assistente Social: teoria, ação, construção do conhecimento**. São Paulo: Ed. Veras, 2009.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: DF. CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em:<<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>>. Acesso em: 17 out. 2018.

**APÊNDICE A**  
**Roteiro de entrevista**

**1. Identificação:**

1.1 Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino

**2. Formação:**

2.1 Ano de Formação \_\_\_\_\_

2.2 Formação Continuada \_\_\_\_\_

**3. Trabalho:**

3.1 Tempo de atuação como Assistente Social na área da Assistência Social em Crato-CE

( ) menos de um ano ( ) de um a três anos ( ) de três a cinco anos ( ) a cima de cinco anos

**4. Cotidiano de trabalho:**

4.1 Para você, quais desafios se colocam no cotidiano do trabalho profissional do Assistente Social na área da Assistência Social de Crato-CE?

4.2 A política da Assistência Social passa por transformações ao decorrer do tempo, qual sua avaliação sobre a evolução desta política nos últimos 10 anos?

4.3 Qual a contribuição do Assistente Social para que o Sistema único de Assistência Social-SUAS possa se Materializa em Crato-CE?

4.5 De que forma seu trabalho tem contribuído para o fortalecimento desta política na Assistência Social de Crato-CE?

4.6 O que você entende por protagonismo profissional? Como você identifica o protagonismo profissional na Assistência Social de Crato-CE?

4.7 Expresse sua opinião acerca da frase: “Serviço Social: uma profissão propositiva e não somente executiva.”

## APÊNDICE B

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente termo de Consentimento Livre e Esclarecido EU, \_\_\_\_\_, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da pesquisa O PROTAGONISMO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CRATO-CE: atribuições a partir do SUAS.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

- A pesquisa seguirá todas as normas estabelecidas pela Resolução nº 466/2012- Conselho Nacional de Saúde, que estabelecem diretrizes e normas que regulamentam pesquisas envolvendo seres humanos;
- Será garantido ao pesquisador consentimento livre e Esclarecido, sendo concedida a liberdade de recusar ou retirar seu consentimento. A proteção desses indivíduos será repetida em sua autonomia e não maleficiência.
- Serão usados nome fictícios para os pesquisados para garantir o sigilo e a privacidade dos mesmos, com caráter confidencial.
- Não haverá qualquer ônus financeiro aos participantes voluntários desse projeto e não ocorrendo qualquer dano físico ou moral aos pesquisados, portanto, não havendo necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da instituição responsável.

Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimento, o participante poderá contatar a (o) aluno (a) \_\_\_\_\_ do curso de Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, como matrícula \_\_\_\_\_, número do(s) telefone(s) \_\_\_\_\_. Ao final da pesquisa, se for necessário, terei livre acesso ao conteúdo do mesmo, podendo discutir os dados com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse. Dessa forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

\_\_\_\_\_  
Pesquisador Responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante